

COLONIALISMO CONTEMPORÂNEO: A PERMANÊNCIA DA FRANÇA EM ILHAS DA OCEANIA

Mariana de Oliveira Santana[1]
Michele Paiva Pereira [2]
Dante Severo Giudice[3]
André Lucas Palma Barbosa[4]

Palavras-chave: Territórios ultramarinos; neocolonialismo contemporâneo; disputas geopolíticas no Pacífico.

INTRODUÇÃO

A Geopolítica da Oceania, embora pouco debatida na América Latina, revela importantes permanências coloniais ainda vigentes no século XXI. A geopolítica desse continente é um reflexo da colonização europeia, que, assim como em outras partes do mundo, se apropriou de territórios visando à exploração econômica e estratégias de defesa, principalmente em períodos de tensão internacional. Um desses países europeus que seguem ainda no século XXI no controle de algumas ilhas do continente é a França, foco desse trabalho ainda em fase de elaboração.

Essa pesquisa visa analisar o colonialismo francês contemporâneo na Nova Caledônia e na Polinésia Francesa. A consolidação e a permanência dessa dominação baseia-se no artifício de se denominar de “territórios ultramarinos” ou “coletividade de ultramar”, as eternas colônias, dando um “pseudo status” de França de Ultramar, ou seja, uma conferência de autonomia limitada que mascara interesses econômicos, políticos e geoestratégicos.

[1] Doutoranda em Geografia (UFBA) e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Dinâmicas Espaciais e Desenvolvimento Territorial – GRUDET/UFOB, msntn@ufba.br.
[2] Mestra em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL) e em Geografia (UFBA), pesquisadora do GRUDET/UFOB, professora da rede estadual de Alagoas, pmichele765@gmail.com.
[3] Doutor em Geografia (UFBA) e pesquisador do GRUDET/UFOB, dasegu@gmail.com.
[4] Mestrando em Geografia (UFBA) e pesquisador do GRUDET/UFOB, lucas.palma.edu@gmail.com.

Apesar dos avanços institucionais recentes, como a eleição de presidentes locais, as possessões não estão em livre associação com a França, seguem cumprindo um papel de subordinação a especialmente nos assuntos de defesa, educação e diplomacia.

Ao analisar geopoliticamente esses territórios podemos perceber que revelam tensões que ainda persistem no presente século, como as desigualdades socioeconômicas e os movimentos separatistas, especialmente na Nova Caledônia, onde os povos canacas lutam há décadas por independência.

Essa pesquisa adota uma abordagem qualitativa e comparativa, permitindo identificar similaridades e diferenças entre os dois territórios ultramarinos. Além disso, fundamentando-se no estado da arte da temática através de livros, artigos científicos, jornais e documentos oficiais mantendo o rigor de qualidade e ética da pesquisa. Ressalta-se a pouca publicidade e discussão no âmbito acadêmico brasileiro o que torna a pesquisa inovadora e relevante.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A colonização europeia na Oceania teve inicio no século XVI com o português Fernão de Magalhães à Polinésia Francesa em 1521. Muitos outros exploradores de diversos países estiveram na Polinésia, mas somente após mais de dois séculos (1768), o francês Louis Antoine de Bougouville, reclama a sua posse para a França. Entre 1743 e 1880, a família taitiana Pomare, se beneficia habilmente da presença de europeus para ampliar seu poder. Após anos de persuasão, os membros da família real do Taiti aceitaram, em 1842, o protetorado francês. Até que, o último soberano taitiano, Pomare V, cedeu integralmente o seu reino à França, em 29 de Junho de 1880, passando este a ter o estatuto de "Assentamentos franceses da Oceania", nome usado até 1958.

Já a Nova Caledônia, cuja ocupação é muito antiga e vinda da Ásia, os europeus chegaram no século XVIII, quando o inglês James Cook, em 1774, aportou na ilha e foi posteriormente colonizada pela França em 1853, tornando-se uma peça geoestratégica essencial, especialmente durante a Segunda Guerra Mundial (CALVALCANTE, 2020). As tensões pela independência são historicamente mais intensas devido à forte presença do povo canaca e à exploração dos recursos naturais, como o níquel, do qual o arquipélago é o terceiro maior produtor mundial (DEUTSCHE WELLE, 2024). Na Polinésia Francesa, apesar da forte dependência econômica do turismo e da exportação de pérolas, a resistência ao domínio francês é mais moderada.

Ambos os territórios compartilham a mesma moeda e são dependentes economicamente da França, mas têm níveis diferentes de autonomia política. A Polinésia Francesa goza de maior autonomia administrativa, enquanto a Nova Caledônia protagoniza plebiscitos sobre independência, até agora sem sucesso, mas com tensões latentes. De acordo com o pensamento de (QUIJANO, 1998) a colonialidade do poder ainda é vigente, operando novas formas de dominação através da dependência econômica, cultural e política.

A Nova Caledônia é hoje considerada um dos exemplos mais emblemáticos da descolonização inacabada no século XXI. Como analisa Bolinaga (2013), a independência plena do arquipélago é dificultada não apenas pela permanência da influência política e militar francesa, mas também pelas divisões internas entre os povos indígenas kanaks e a população europeia (caldoches). Essa fragmentação sociopolítica contribui para a manutenção de uma estrutura neocolonial disfarçada de autonomia administrativa, reforçando os interesses estratégicos da França no Pacífico. Portanto, o caso da Nova

Caledônia ilustra como as possessões ultramarinas, mesmo no contexto atual, seguem subordinadas a dinâmicas geopolíticas globais.

Pouco conhecida no Brasil, a Geopolítica das ilhas é uma abordagem teórica que visa compreender como as ilhas, apesar de sua pequena extensão territorial em sua maioria, possuem importância estratégica (BALDACCHINO, 2010). No caso francês em análise releva a persistência da lógica colonial, travestida do discurso de "ultramar". Campling e Colás (2021) no livro Capitalism and the Sea: The Maritime Factor in the Making of the Modern World vem corroborar com essa ideia analisando que as ilhas atuam como pontos fixos em oceanos estratégicos, garantindo acesso a zonas econômicas exclusivas e aumentando a projeção de poder global.

Ainda nesse sentido Brewster (2018) destaca que os Oceanos Índico e Pacífico se tornaram na nova arena de disputas entre potências tradicionais e emergentes e as ilhas funcionariam como peças-chave para o controle logístico e base militar na região. Assim, a manutenção dessas ilhas sob domínio francês é mais do que uma questão cultural ou histórica, mas uma necessidade geopolítica para a França.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o colonialismo clássico tenha terminado em muitas partes do mundo, na Oceania, as práticas neocoloniais seguem moldando e estruturando as relações políticas e econômicas. A estratégia adotada pela França em manter territórios ultramarinos se sustenta no interesse estratégico e na oferta de benefícios aos habitantes locais, criando uma dependência que limita os movimentos separatistas não logrando êxito, como na Nova Caledônia, mesmo porque estes territórios são soberanos em várias áreas, embora em tudo o que se refere à defesa, educação e negócios estratégicos continuem a depender de Paris. Assim, à parte das disputas entre os nativos e os brancos europeus, ninguém quer perder as benesses sócio-políticas-econômicas, de ser parte de uma potência mundial, ter facilidades de circular pelo mundo como cidadão da Comunidade Europeia. Avaliamos que há uma "simbiose" boa para todos, já que os franceses têm uma parte nos trópicos, ainda que a mais de 16.000 km de distância, onde podem fugir para o "paraíso" sempre que o inverno ficar mais rigoroso ou que o "estresse" europeu atingir níveis muito altos.

REFERÊNCIAS

BALDACCHINO, Godfrey. **Island Enclaves: Offshoring Strategies, Creative Governance, and Subnational Island Jurisdictions.** McGill-Queen's University Press, 2010.

BOLINAGA, Luciano. La descolonización inconclusa: Nueva Caledonia frente a los desafíos de la autodeterminación. **Estudios de Asia y África**, v. 48, n. 2, p. 259-294, 2013. Disponível em: https://estudiosdeasiayafrica.colmex.mx/index.php/eaa/article/view/1083/1083. Acesso em: 25 abr. 2025.

BREWSTER, David. **India's Ocean: The Story of India's Bid for Regional Leadership.** Routledge, 2018.

CAMPLING, Liam; COLÁS, Alejandro. **Capitalism and the Sea: The Maritime Factor in the Making of the Modern World.** Verso Books, 2021.

CAVALCANTE, Antonio. **A Questão de Independência na Nova Caledônia.** GEPIM - Grupo de Estudos de Política Internacional e Meio Ambiente. Disponível em: <https://sites.usp.br/gepim/a-questao-de-independencia-na-nova-caledonia/>. Acesso em: 25 abr. 2025.

DEUTSCHE WELLE. **Entenda a crise no território francês da Nova Caledônia.** Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/entenda-a-crise-no-territ%C3%B3rio-franc%C3%AAs-da-nova-caled%C3%B4nia/a-69122584. Acesso em: 25 abr. 2025.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina** (Análisis). En: Ecuador Debate. Descentralización : entre lo global y lo local, Quito : CAAP, (no. 44, agosto 1998): pp. 227-238. ISSN: 1012-1498.